



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED



Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

PERCEPÇÕES DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM UM GRUPO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

CRISTIANE APARECIDA MACHADO DE PAULA

VALICIA FERREIRA GOMES

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Social



CRISTIANE APARECIDA MACHADO DE PAULA

PERCEPÇÕES DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM UM GRUPO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Itapetininga.
Orientadora: Professor Valícia Ferreira Gomes.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTIANE APARECIDA MACHADO

PERCEPÇÕES DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM UM GRUPO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

VALÍCIA FERREIRA GOMES (Orientador)

LILIAN MEIRE OLIVEIRA PINTO (Examinador)

CRISTIANE APARECIDA MACHADO DE PAULA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

AGRADECIMENTOS

Aos meus Pais, Elidio e Escolástica, pela minha existência, pela família maravilhosa que construíram e pelo apoio e ajuda incondicionais que dedicam a mim sempre que preciso;

Ao meu grande amor e companheiro André, pelo carinho e atenção; pelo apoio e paciência a mim dispensados durante todos os momentos da construção de mais este trabalho;

À minha orientadora Valícia que, com tanto empenho e dedicação, esteve presente e disposta a me oferecer ajuda sempre que necessitei;

Aos professores que com tanta disposição responderam ao questionário, sem os quais esta pesquisa não seria possível.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo investigar o grau de conhecimento que os professores de classes regulares de ensino têm sobre deficiência auditiva.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com dez professores de educação fundamental da rede municipal da cidade de Itapetininga (SP). Foram selecionados dois professores de 1º ano, dois profissionais do 2º ano, dois do 3º ano, dois do 4º ano e dois docentes do 5º ano. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário contendo dez perguntas semi-abertas, o qual foi analisado e interpretado posteriormente.

Sobre a inclusão de crianças portadoras de deficiência em classe regular de ensino, 60% dos professores consultados afirmaram já ter tido ou ter atualmente um aluno com deficiência auditiva em sua classe, sendo que apenas 30% dos mesmos afirmaram já ter passado por um treinamento sobre o assunto.

Em relação à deficiência auditiva, os professores souberam identificar corretamente algumas de suas causas e apontaram corretamente a função dos aparelhos auditivos. Tiveram dificuldade em caracterizar e classificar seus diferentes tipos e graus e em apontar outros equipamentos, além dos aparelhos auditivos, para auxiliar a criança com perda de audição.

Demonstraram ainda, certa inabilidade em descrever as dificuldades apresentadas pela criança deficiente auditiva, enfatizando principalmente a comunicação e deixando de lado outros itens relevantes.

Por meio desta pesquisa foi possível concluir que os professores, de modo geral, têm um nível de conhecimento superficial sobre o assunto e que, portanto, cursos de capacitação em relação às implicações e necessidades provenientes da deficiência auditiva são necessários.

Palavras-chave: deficiência auditiva, professores, inclusão, educação.

SUMÁRIO

RESUMO.....	04
APRESENTAÇÃO.....	07
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
Capítulo 1 – O que é Deficiência Auditiva	10
Capítulo 2 – A Criança com Deficiência Auditiva na Escola.....	17
Capítulo 3 - O papel do professor na educação inclusiva do aluno com Deficiência Auditiva	20
II – OBJETIVOS	22
III – METODOLOGIA	23
IV – RESULTADOS	25
V – DISCUSSÃO.....	34
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICES	
Modelo do questionário.....	42
ANEXOS	
Carta de Apresentação.....	43
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Respostas dos Professores sobre a Experiência com Deficiência Auditiva.....	25
Gráfico 2 - Respostas para a 1ª Questão: “Quais são as dificuldades apresentadas pela criança com deficiência auditiva em seu desenvolvimento”?.....	26
Gráfico 3 – Respostas para a 2ª Questão: “Quais são as causas da deficiência auditiva em crianças”?.....	27
Gráficos 4 e 5 - Respostas para a 3ª Questão: “Você acha que existem diferentes tipos e graus de deficiência auditiva”? Quais?.....	28
Gráfico 6 – Respostas para a 4ª Questão: “Como a criança com deficiência auditiva pode se comunicar”?	29
Gráfico 7 – Respostas para a 5ª Questão: “Qual a utilidade dos aparelhos auditivos”?.....	29
Gráfico 8 – Respostas para a 6ª Questão: “Além dos aparelhos auditivos, você conhece outros equipamentos para as crianças com deficiência auditiva? Quais”?.....	30
Gráfico 9 - Respostas para a 7ª Questão: “Quais são as dificuldades da criança com deficiência auditiva na escola”?.....	30
Gráfico 10 – Respostas para a 8ª Questão: “Quais recursos técnicos e pedagógicos podem ser utilizados para auxiliar a educação de crianças com deficiência auditiva na rede regular de ensino”?.....	31
Gráfico 11 – Respostas para a 9ª Questão: “Qual é o papel do professor na educação inclusiva de crianças com deficiência auditiva”?.....	32
Gráficos 12 e 13 – Respostas para a décima questão: “Você concorda com a inclusão educacional de crianças com deficiência auditiva? Por quê”?.....	33

APRESENTAÇÃO

Atualmente muito se têm discutido sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade. Vários países, inclusive o Brasil, têm-se comprometido com o desenvolvimento de políticas sociais e educacionais que valorizem e respeitem as diferenças existentes, garantindo a todos o direito à educação e ao pleno desenvolvimento. Por isso, a presença de alunos com deficiência auditiva ou qualquer outro tipo de dificuldade em sala regular de ensino é um fato cada vez mais comum no quadro educacional do país.

A deficiência auditiva é uma privação sensorial que afeta a capacidade de ouvir do indivíduo. Tem como conseqüências principais o atraso ou distúrbios do desenvolvimento da linguagem oral, interferindo também nos aspectos sociais, emocionais e cognitivos do indivíduo.

O indivíduo com deficiência auditiva precisa do apoio de programas de reabilitação específicos para que sejam trabalhadas as suas dificuldades. Para que haja um bom resultado nesse processo é imprescindível que os profissionais que com ele vão interagir tenham um nível de conhecimento que lhes permita identificar as particularidades deste tipo de deficiência, suas implicações e conseqüências para o desenvolvimento do indivíduo. É preciso ainda, que saibam reconhecer as necessidades que o mesmo irá apresentar, de modo que possam planejar situações de aprendizagem objetivando o seu pleno desenvolvimento nos aspectos sociais, emocionais e cognitivos.

Na área educacional não é diferente. O educador precisa estar preparado e instrumentalizado com informações que possam facilitar e embasar a sua prática pedagógica, visando o sucesso acadêmico do aluno deficiente auditivo.

Trabalho, há onze anos em uma Associação que oferece apoio a crianças e adolescentes com deficiência auditiva, no município de Itapetininga/ SP. Nesta Associação – AADAI (Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga), essas crianças recebem terapia auditiva numa abordagem oral, fazem uso de AASI (aparelho de amplificação sonora individual) e, após os cinco anos de idade passam a participar do programa de apoio pedagógico, no qual eu sou professora.

Todas as crianças atendidas, desde aquelas com perdas leves até as que têm perdas auditivas de graus mais severos e profundos, estão matriculadas em salas regulares de ensino. Perante essa realidade, a Associação mantém, concomitante ao apoio pedagógico, um programa de contato com as escolas nas quais nossos atendidos estão matriculados. Dessa forma, os professores desses alunos recebem, no início do ano, uma carta contendo informações sobre os graus da perda auditiva que a criança tem e dicas de como trabalhar com o aluno com deficiência auditiva em sala. São realizadas ainda, 3 reuniões, gratuitas, ao longo do ano para tratar sobre o assunto. Fazemos também contato com o professor via telefone ou mesmo através de visitas escolares, com o intuito de saber sobre as maiores dificuldades do mesmo no trabalho com esse aluno e sobre o desempenho do aluno em seu processo de desenvolvimento pedagógico. Em todos esses contatos, nos colocamos sempre à disposição deles. Ainda com o objetivo de esclarecer e oferecer apoio a esses profissionais, temos disponível algumas horas em determinado dia da semana, para atendermos àqueles que precisarem de orientação, sendo necessário apenas que este entre em contato com a AADAI, para marcarmos a hora em que será recebido.

Mesmo com toda essa estrutura que visa ao melhor esclarecimento dos professores para atuarem com a criança deficiente auditiva na sala regular de ensino, observamos, ao longo dos anos, a pequena procura e participação dos mesmos, que na maioria das vezes, não comparecem às reuniões às quais são convidados, tão pouco procuram a Associação para sanar suas dúvidas ou dificuldades. Diante desse quadro, sempre me questioneei sobre os motivos de eles não procurarem ajuda na Associação: Será que é porque sabem tudo sobre Deficiência Auditiva e suas implicações?

Partindo desta dúvida, foi elaborado um questionário contendo 10 perguntas que tratam da deficiência auditiva nos seus diferentes aspectos e o apliquei a 10 professores do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), escolhidos aleatoriamente, com o objetivo de analisar os conhecimentos que eles têm sobre o assunto e, a partir desse dado, elaborar uma hipótese do que os demais podem conhecer sobre o tema.

Nesta perspectiva, ainda de pode verificar quais são as dificuldades mais comuns que os professores têm ao se deparar com um aluno com deficiência auditiva e com esses dados organizar reuniões e elaborar material de orientações mais efetivos para atender às reais necessidades dos professores atendidos pela Associação.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Capítulo 1 - O que é Deficiência Auditiva

A audição é o principal elo do ser humano com o ambiente, exercendo um papel motivador no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança (BRAGATO e SANTOS, 2005). Ela é de fundamental importância para o processo de comunicação necessária à integração social, além de nos fornecer sinais de alerta em diversas situações (VICTORIO, MARTINHO e SANTOS, 2005).

Alguns indivíduos têm dificuldades para ouvir os sons existentes no ambiente no qual estão inseridos, podendo apresentar assim, uma deficiência auditiva.

A deficiência auditiva, para muitos estudiosos, é considerada como a perda da habilidade de ouvir, podendo ser causada por qualquer distúrbio no processo de audição normal (CESCHIN e ROSLYNG-JENSEN, 2002). Para Amorim, Araújo e Rezende (2005), a deficiência auditiva é a modalidade mais comum de desordem sensorial no homem, podendo ser causada por fatores ambientais ou genéticos.

De acordo com o Comitê Brasileiro sobre Perdas Auditivas na Infância (2000), de um a três recém-nascidos possuem diagnóstico de perda auditiva em cada 1000 nascimentos.

Entre os distúrbios da comunicação, a deficiência auditiva ocupa um lugar de destaque, pois traz graves conseqüências ao desenvolvimento global do ser humano (VICTORIO, MARTINHO e SANTOS, 2005).

Para Ceschin e Roslyng-Jensen (2002), as perdas auditivas são classificadas da seguinte maneira:

1- Quanto ao Tipo:

Condutiva: denominamos perda auditiva condutiva quando a alteração está localizada na orelha externa e/ou na orelha média, como rolha de cera, otite externa, otite média, perfuração do tímpano, entre outros. A perda auditiva condutiva pode ser tratada. Para isso, recomenda-se procurar o médico especialista em ouvido: o otorrinolaringologista.

Neurosensorial: quando a alteração auditiva está localizada na orelha interna, órgão de Corti (cóclea) ou nas fibras do nervo auditivo. Principais causas: fatores genéticos, doenças adquiridas pela mãe durante a gestação (rubéola, citomegalovirose, sífilis, herpes e toxoplasmose); baixo peso ao nascer, anóxia, traumas no momento do parto, doenças adquiridas pelo bebê/criança (meningite, caxumba), o uso de medicamentos ototóxicos. Esse tipo de perda auditiva é irreversível, ou seja, não há cura; porém, mesmo assim, deve-se manter o auxílio do médico otorrinolaringologista.

Mista: esse tipo de deficiência auditiva envolve duas ou três partes do ouvido. Estão associadas; existem alterações de características condutivas e neurosensoriais.

Central: em geral, a audição do indivíduo apresenta-se normal, no entanto, há uma grande dificuldade em processar a mensagem recebida. Principais causas: alterações congênitas do Sistema Nervoso Central (SNC), uso de drogas durante a gestação, anóxia ao nascer, parto de fórceps, alterações vasculares cerebrais, doenças que afetam o SNC, traumas cranianos.

2 - Quanto ao Grau:

Leve: (perda auditiva de 25 a 40 dB): grau pequeno de alteração auditiva. Apresenta dificuldade na compreensão da fala em baixa intensidade e em ambientes mais ruidosos. Pode apresentar dificuldades escolares devido à baixa perda.

Moderado: (perda auditiva de 41 a 70 dB): grau médio de alterações auditivas. Há uma maior dificuldade na compreensão da fala. Necessita de lugar preferencial na sala de aula e de pistas visuais para facilitar a compreensão. É necessário o uso de amplificação sonora com a ajuda de prótese auditiva.

Severo: (perda auditiva de 71 a 90 dB): grau avançado de perda auditiva. A fala precisa ser em intensidade mais forte para ser compreendida. É preciso falar bem perto da orelha. Necessita de amplificação sonora com ajuda da prótese auditiva.

Profundo: (perda auditiva acima de 90 dB): quase não existe audição; há somente alguns restos auditivos que podem ser melhorados com a prótese auditiva. A criança busca por outros meios a comunicação quando não há comunicação sonora.

Anacusia: ausência total de respostas. Não há restos auditivos.

3 - Quanto ao Tempo de Aquisição:

Pré natal: Ocorre durante a gestação, antes do nascimento, ainda na barriga da mãe. Causadas por doenças infecciosas (citomegalovírus, toxoplasmose, rubéola, sífilis, herpes); o uso de medicações inapropriadas durante a gravidez; ou ainda uma doença materna como diabetes ou alterações do sistema cardiovascular.

Perinatal: Problemas causados pelo próprio parto ou logo após, no momento do nascimento, como diminuição de oxigenação do feto (hipóxia), ou ainda uma incompatibilidade entre o tipo de sangue da mãe e do feto.

Pós-natal: Problemas e/ou doenças adquiridas durante o desenvolvimento da criança, como infecções (meningites, otites); uso de medicações tóxicas para o ouvido interno (medicamentos ototóxicos); o trauma craniano com lesão de estruturas auditivas; exposição a ruídos muito intensos.

Estima-se que de 35% a 50% de todas as perdas auditivas que se instalam precocemente sejam de origem genética.

4 - Quanto ao Lado:

Unilateral: Quando a perda auditiva atinge apenas uma orelha, direita ou esquerda.

Bilateral: Quando atinge as duas orelhas, não sendo necessário apresentar as mesmas configurações, ou seja, o mesmo grau e tipo de alteração. (CESCHIN e ROSLYNG – JENSEN,2002).

Para Balieiro et al (1989), existem exames adequados para saber se uma criança tem deficiência auditiva. Esses exames são chamados de Exames Audiológicos e mostram que tipo de deficiência auditiva a criança possui e em que grau.

Diversos fatores fazem com que haja desconfiança da deficiência auditiva nos indivíduos. O quanto antes as alterações forem diagnosticadas e tratadas, menores

serão suas conseqüências no desenvolvimento da criança. (VICTORIO, MARTINHO e SANTOS, 2005).

A criança com deficiência auditiva interage com o meio com grandes desvantagens em decorrência das dificuldades de audição e linguagem. Em atividades grupais, nas quais ocorrem conversas simultâneas, temos um processo dialógico com grande número de informações implícitas. A criança deficiente auditiva perde a completude das idéias e conceitos que estão presentes neste processo, ficando com lacunas, que somente poderão ser minimizadas parcialmente com a mediação direta do outro (CARMO, 2001).

Cristofolini e Magni (2002) afirmam que é de fundamental importância apresentar uma boa audição para haver o desenvolvimento da linguagem e da comunicação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da criança. O desenvolvimento da linguagem, da comunicação e desenvolvimento lógico são fatores imprescindíveis para o aprendizado escolar, desde o processo de aquisição de leitura e escrita, até regras mais complexas, como conceitos físicos ou químicos, por exemplo.

Para Iervolino, Castiglioli e Almeida (2003), a deficiência auditiva acarreta na criança não apenas alterações no desenvolvimento da linguagem, mas também nos aspectos cognitivo, social, emocional e educacional. Essas implicações serão mais ou menos acentuadas conforme o grau da perda auditiva; porém, poderão ser minimizadas com o uso precoce da amplificação sonora.

As conseqüências da deficiência auditiva na vida de uma criança são amplas e devastadoras, principalmente nos indivíduos que apresentam a deficiência auditiva nos graus severo e profundo. A mesma autora afirma ainda que a privação sensorial auditiva nos primeiros anos de vida impede, ou dificulta, a aquisição da linguagem oral, acarretando dificuldades no convívio familiar e social, no desempenho acadêmico e na fase adulta podem surgir dificuldades na profissionalização (MORET, 2005).

A principal conseqüência de uma deficiência auditiva se encontra na sua repercussão no desenvolvimento da linguagem e fala, o que, conseqüentemente, irá interferir em todo processo de aprendizagem (JUSTO, PONTES e VITTO, 2005).

Para Ceschin e Roslyn-Jensen (2002), é a audição, que se inicia antes do nascimento, a porta de entrada das informações que um dia levará o indivíduo a se entender, desenvolver sua identidade; compreender o mundo que o rodeia; traduzir em palavras nomes de pessoas importantes, sentimentos, necessidades, permitindo que ele possa compreender e expressar-se, estabelecendo assim o início dos vínculos sociais, das interações inter e intrapessoais, o desenvolvimento pleno do ser humano.

Ainda para essas autoras, a criança que apresenta uma deficiência auditiva, independente do seu grau, percebe a perda desse sentido e busca um meio para comunicar-se, podendo ser através do uso de leitura labial ou de comunicação gestual, entre outras.

Como consequência da perda auditiva, há uma dificuldade no desenvolvimento da compreensão, nos atos sociais e na sua relação com o meio, que acarreta dificuldades no aprendizado e no próprio crescimento deste indivíduo. A perda ou a diminuição da audição implica perda de parâmetros da vida, gera conflitos e, freqüentemente, leva ao afastamento na relação com outras pessoas, afirmam Ceschin e Roslyng-Jensen (2002).

Para Russo e Santos (1989), as consequências do diagnóstico tardio da deficiência auditiva são:

- 1- Problemas perceptuais, nos quais a criança não pode identificar objetos ou eventos pelos sons, podendo estar mais sujeita a acidentes pelo fato de seu mecanismo de alerta e defesa estarem comprometidos.
- 2- Problema de fala: a criança não aprende a relacionar seus movimentos para produção da fala com os sons produzidos, não adquirindo assim, o controle de seu discurso, tanto no que se refere à intensidade quanto à altura de sua voz.
- 3- Problemas de comunicação: a criança tem dificuldades para aprender sua própria língua, não adquirindo um vocabulário que lhe permita expressar oralmente às outras pessoas seus pensamentos e sentimentos. Por não entender o que os outros falam, ela fica impossibilitada de manter uma conversação.
- 4- Problemas cognitivos: ao adquirir linguagem falada, a criança pode ter acesso a informações e acontecimentos atuais e passados, que são transmitidos, oralmente, por outros indivíduos. A criança com deficiência auditiva tem a necessidade de

vivenciar fatos concretos “aqui e agora” para elaborar seus conhecimentos de mundo.

5- Problemas sociais: a criança poderá ter dificuldades em se adequar às regras sociais, principalmente por não identificar um aspecto da paralinguagem, ou seja, reconhecer mudanças no tom de voz das pessoas; pista esta que indica quando o outro está irritado, bravo, triste, feliz etc. A criança terá dificuldade em perceber, por exemplo, que está recebendo um sinal de alerta de que “passou dos limites”. Essa dificuldade poderá gerar, por parte da criança ou da própria sociedade, comportamentos de isolamento e exclusão.

6- Problemas emocionais: a criança, por sua incapacidade de satisfazer suas necessidades através do uso da linguagem falada, tem dificuldade em compreender as reações dos pais, familiares e daqueles que com ela convivem, sentindo-se frustrada, confusa, medrosa, zangada e eventualmente, agressiva, desenvolvendo com freqüência, uma auto-imagem pobre.

7- Problema educacional: a criança freqüentemente é inserida em classes numerosas, salas sem um tratamento acústico adequado e com profissionais despreparados tecnicamente para o trabalho com deficientes auditivos. Como conseqüência disso, acaba obtendo um aproveitamento mínimo de experiências pedagógicas, no que se refere ao domínio dos conteúdos propostos pela escola.

8- Problema intelectual: mesmo possuindo uma inteligência normal, a criança com deficiência auditiva terá suas habilidades de linguagem e conhecimento geral comprometidas, não podendo, portanto, através da inteligência, usar seu conhecimento de mundo para resolver problemas, adquirir ou comunicar informações.

9- Problema vocacional: a falta de habilidades verbais e sociais, conhecimento geral e treinamento acadêmico fazem com que o indivíduo com deficiência auditiva chegue à idade adulta com pouco preparo profissionalizante.

10- Problema familiar: muitas vezes, a reação dos pais, quando descobrem uma deficiência auditiva em seu filho, é deixar de estimulá-lo, não falando com ele. Conseqüentemente, há uma redução na interação familiar, que poderá comprometer a integração social e emocional da criança e de seus familiares.

Para CARMO (2001), o processo de aprendizagem do aluno com deficiência auditiva é caracterizado pelos aspectos específicos citados a seguir:

- Defasagens no desenvolvimento das noções têmporo-espaciais;

- Pensamento concreto, havendo necessidade de que os conceitos sejam trabalhados com base na experiência concreta, através de situações vivenciadas e significativas;
- Dificuldades no estabelecimento de relações; realizar generalizações e sínteses de diferentes conceitos abstratos;
- Dificuldades no processo de aquisição da leitura e escrita, havendo um grande atraso para se alcançar um nível de competência nestas habilidades;
- Postura de desistência;
- Atitudes imperiosas, bloqueando os canais para a aprendizagem;
- Atitudes impulsivas que dificultam o estabelecimento de relações entre as informações recebidas e causalidade dos fatos; dessa forma, a impulsividade não deixa que a criança observe os diferentes elementos que compõem ou provocam determinada situação;
- Predominância de esquemas de imitação.

De acordo com Anderson *et al*(1991 apud Flexer, 1994), em relação aos efeitos psicossociais, cada grau de perda auditiva implicará em diferentes conseqüências para o indivíduo. São elas:

Na perda auditiva de grau leve, a criança é chamada de desatenta; pode ter sua auto-estima rebaixada e sentir-se cansada devido ao esforço que faz para ouvir.

Já na perda auditiva de grau moderado, a criança mantém uma menor socialização com outras crianças pela dificuldade comunicativa; cansa-se mais pelo esforço para escutar.

A criança com deficiência auditiva de grau severo pode optar por um isolamento por não haver uma identificação com as crianças ouvintes.

Já o deficiente auditivo de grau profundo pode preferir conviver somente com semelhantes surdos, devido à dificuldade de comunicação com os ouvintes.

Capítulo 2 – A Criança com Deficiência Auditiva na Escola

Uma fase muito importante para o desenvolvimento da criança é o momento em que ela inicia sua fase escolar. A criança é então inserida num ambiente estimulante e verbal. Os colegas e a professora acabam se tornando grandes modelos de linguagem, com os quais ela irá permanecer boa parte de seu tempo.

Historicamente, os indivíduos com deficiência foram discriminados, desrespeitados e segregados em vários aspectos de sua existência, inclusive no que se referia à sua escolarização.

De acordo com BUFFA (2005), o Brasil em 1994, na Declaração de Salamanca, reafirmou um compromisso que já havia assumido em 1990: o de realizar uma transformação no sistema educacional brasileiro, comprometendo-se com a construção de um sistema educacional inclusivo, especificamente no que se refere aos alunos com deficiência, identificados, atualmente, como educandos com necessidades educacionais especiais.

A LDBN/9394/96, promulgada em 1996, define a Educação Especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando a especificidade de currículos e métodos, técnicas e recursos, bem como a formação adequada dos professores para atendimento especializado, assim como professores de ensino regular para integrar o educando com necessidades especiais em classes comuns (BRASIL, 1996).

Para Corrêa e Leme (2003), a educação tem um papel fundamental na definição do futuro para todas as pessoas, nos níveis pessoal, social e emocional. O Sistema Educacional deve ser, portanto, o local principal para garantir o desenvolvimento pessoal e a inclusão social, o qual permitirá que indivíduos com necessidades especiais sejam o mais independente possível. O Sistema Educacional é o primeiro passo em direção a uma sociedade inclusiva.

De acordo com Cavalcante (2000), no que se refere à escola, a inclusão de pessoas com necessidades especiais não deve se restringir apenas à transferência do indivíduo da sala de aula ou da escola especial para a classe regular, mas sim, numa mudança paradigmática nas políticas, programas e serviços de apoio oferecidos a estes indivíduos.

A escola é um fator de grande importância e para ser ideal, deveria ter professores com formação especial, salas adaptadas com sistema FM e tratadas acusticamente, afirmam Lima, Silva e Veronezi (2000).

Para que o processo de construção do conhecimento ocorra e o sucesso acadêmico da criança seja garantido, é imprescindível que a escola atenda suas necessidades educacionais especiais e, para isso, deve haver um trabalho integrado entre família, escola e terapeuta, base para o desenvolvimento da criança (BUFFA, 2005).

Para Justo *et al*(2005), o processo de alfabetização também colabora muito com a linguagem oral, pois com o aparecimento da linguagem escrita, a criança deficiente auditiva terá novas formas de visualizar aquelas palavras que antes eram apenas ouvidas.

No caso do deficiente auditivo que faz uso do AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual) ou Implante Coclear, além de ser um direito, é importante que ele esteja inserido na escola regular, em classe comum, pelo fato de que nesse ambiente de convivência com crianças ouvintes as oportunidades de experiências auditivas são maiores, o que propicia o desenvolvimento da audição, da fala e da linguagem e, com isso, o favorecimento da aprendizagem (BUFFA, 2005).

Para Cavalcante (2000), uma das características mais importantes de uma escola que visa à integração de alunos especiais em salas de aula regular é a individualização do ensino, a qual pressupõe que todos os alunos são capazes de aprender, independente do seu ambiente de origem ou seu nível intelectual, desde que seja oferecido a eles mais tempo, mais prática e uma avaliação mais centrada em aspectos qualitativos do que quantitativos.

O aluno com deficiência auditiva encontrará algumas dificuldades para acompanhar o desenvolvimento escolar de alunos com audição normal. Uma dessas dificuldades específicas está na aprendizagem da leitura e escrita. Alguns dos fatores diretamente ligados à deficiência auditiva são: a competência lingüística e o léxico reduzidos e a ausência de pistas auditivas para a realização da correspondência fonema-grafema.

Para Anderson e Matkin (1991 apud Flexer, 1994), o aluno com deficiência auditiva apresentará diferentes necessidades educacionais que serão definidas de acordo com o grau de perda auditiva que a criança apresenta.

Para os autores, o aluno que apresenta deficiência auditiva de grau leve necessita de assento e iluminação adequados em sala de aula e pode precisar de apoio pedagógico. Já aquele com deficiência auditiva de grau moderado precisará de apoio pedagógico e terapia fonoaudiológica para ter um melhor desempenho escolar. A criança com perda auditiva de grau severo necessitará de atendimento fonoaudiológico e pedagógico paralelo e contínuo para poder acompanhar a escola regular. Os alunos com perda auditiva profunda poderão freqüentar parcialmente a escola regular, desde que recebam apoio pedagógico necessário durante meio período.

Capítulo 3 - O papel do professor na educação inclusiva do aluno com Deficiência Auditiva

Para Bevilacqua e Formigoni (2000), as condições do professor em sala de aula são muito difíceis, pois na escola pública deparam-se com salas superlotadas e na escola particular sofrem a pressão de apresentar um “produto”, ora devido à competição do mercado, ora para corresponder às elevadas expectativas dos pais.

Apesar dessas dificuldades, o professor é considerado, para Cristofolini e Magni (2002), como companheiro e mediador da criança para o desenvolvimento da linguagem escrita e para a alfabetização, além de passar grande parte do tempo com a criança.

Para um bom resultado no trabalho com o indivíduo portador de algum tipo de deficiência, é necessário que o professor reavalie seu papel e que ofereça condições necessárias para que o aluno consiga atingir seu potencial máximo. Isto não significa que o professor precise mudar sua personalidade, mas sim seu enfoque, assumindo a responsabilidade pelo aprendizado de seus alunos.

Para Buffa (2005), no caso do aluno deficiente auditivo, o professor deve saber que, devido às barreiras de acesso aos estímulos sonoros, a criança é extremamente prejudicada, em especial, nos processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, no processo de construção do conhecimento, por apresentar dificuldades cognitivas que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento de linguagem, e não à deficiência auditiva, a qual não acarreta qualquer déficit cognitivo. Ainda para esse autor, no trabalho com o deficiente auditivo, o professor deve estar orientado e ciente de algumas informações referentes à perda auditiva de seu aluno, informações estas que servirão para garantir a efetivação da qualidade do trabalho pedagógico com essas crianças.

Ele deverá conhecer e entender o que é a deficiência auditiva e suas implicações no desenvolvimento e na aprendizagem da criança, quais os graus da perda auditiva que seu aluno apresenta e, conseqüentemente, qual é a orelha melhor para a audição, em que tipo de abordagem está embasada a sua reabilitação, qual o aparelho de amplificação sonora que ele usa, qual o volume e quais os cuidados que devem ser tomados para um bom uso do mesmo.

Para Bevilacqua e Formigoni (2000), além de ter essas informações, alguns cuidados devem ser tomados em sala de aula para garantir ao aluno com

deficiência auditiva uma maior qualidade na transmissão dos conteúdos escolares. Para tanto, o professor deverá:

- Posicionar a criança deficiente auditiva numa carteira próxima a do professor; longe de janelas ou paredes, evitando que ela se distraia com outros estímulos visuais ou auditivos e permitindo que fique mais próxima à voz do professor;
- Explicar o que é para ser feito individualmente à criança, repetir ou reformular o discurso caso ela não consiga compreender;
- Manter a classe no maior silêncio possível no momento das explicações;
- Falar de frente e próximo ao aluno deficiente auditivo e permitir que ele realize leitura oro-facial quando necessário;
- Observar e considerar, em caso de perda auditiva unilateral, qual é o ouvido com o qual a criança escuta melhor;
- Não exigir da criança atividades que ela não consegue realizar, como ditado de palavras isoladas, dando ênfase ao ditado de frases que, pela possibilidade de contextualização, torna-se mais fácil para o aluno,
- Se possível, usar carpetes ou piso de borracha no chão, cortinas nas janelas e vegetação, objetivando a atenuação dos ruídos.

Para Buffa (2005), o professor deverá procurar desenvolver habilidade, sensibilidade e competência técnica, além de se mostrar flexível, promovendo mudanças e adaptações necessárias com o objetivo de garantir o desenvolvimento da criança e a efetivação de sua inclusão escolar.

II - OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os conhecimentos que dez professores de educação fundamental , do 1º ao 5º ano, têm sobre a deficiência auditiva e suas particularidades e, a partir desse dado, elaborar uma hipótese do que os demais professores podem conhecer sobre esse assunto;

Como objetivos específicos temos:

A verificação de quais são as dificuldades mais comuns que os professores têm ao se deparar com um aluno deficiente auditivo;

A observação e identificação de quais aspectos os professores encontram mais dúvida; se:

- sobre o desenvolvimento global ou pedagógico da criança com deficiência auditiva;
- sobre as causas, tipos e graus dessa deficiência;
- sobre os recursos tecnológicos ou pedagógicos que podem auxiliar no trabalho com o aluno d.a ou
- sobre o seu próprio papel na educação dessas crianças.

Com essa observação será possível a elaboração de materiais informativos mais efetivos para atender às suas reais necessidades.

III- METODOLOGIA

3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

Pesquisa de metodologia qualitativa- quantitativa que investigou o nível de conhecimento dos professores de ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, sobre a deficiência auditiva e suas implicações no desenvolvimento dos alunos com essa deficiência.

3.2 - Contexto da Pesquisa

Estudo realizado no município de Itapetininga /SP, em uma escola pública na periferia da cidade.

Nesta escola são atendidos cerca de 400 alunos, divididos em 13 classes de 1º ao 5º ano no período matutino e vespertino, 1 classe de AEE (Apoio Educacional Especializado), que se iniciou no ano de 2010, e uma classe de EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período noturno.

3.3 - Participantes

Os sujeitos da pesquisa foram dez professores que lecionam em classes de 1º ao 5º ano da escola referida. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido -TCLE (anexo A).

3.4 – Materiais e Instrumentos de Construção de Dados

Para essa pesquisa foram utilizados somente folhas de sulfite A4, nas quais foram impressos os questionários. Não houve o uso de gravador.

Para a obtenção dos dados foi utilizado um questionário aberto (anexo B) contendo dez perguntas; sendo quatro relacionadas à questões específicas da deficiência auditiva, duas sobre o desenvolvimento global e pedagógico da criança portadora dessa deficiência, duas relativas ao conhecimento de recursos e tecnologias que podem auxiliar em seu desenvolvimento e duas sobre a opinião do professor quanto à sua postura/função perante o aluno com deficiência auditiva.

Foi utilizado um questionário aberto, com a finalidade de posteriormente fazer uma análise crítica das expressões dos sujeitos pesquisados.

3.5 – Procedimentos de Construção de Dados

A escola foi escolhida, convenientemente, por ser a sede na qual a pesquisadora ministra suas aulas. A pesquisadora pediu a colaboração dos colegas, explicando as finalidades e os objetivos do trabalho a ser desenvolvido. Coincidentemente, o número de professores dispostos a cooperar foi o mesmo que a pesquisadora havia proposto em seu projeto de pesquisa: dois de 1º ano, dois de 2º ano, dois de 3º ano, dois de 4º ano e dois de 5º ano, totalizando 10 professores divididos simetricamente nos diferentes níveis de ensino da educação fundamental de 1º ciclo.

Esses professores foram selecionados aleatoriamente, pelo simples fato de atuarem na escola escolhida. Nenhum outro critério, como tempo de experiência, tipos de aluno que recebem, foi levado em consideração no momento do convite.

O questionário foi aplicado no horário de HAC (Horário de Atividade Coletiva) durante, aproximadamente, 30 minutos; vale ressaltar que os professores não tiveram um tempo pré-determinado para fazê-lo.

As questões foram respondidas por escrito, individualmente, sem interferência da pesquisadora.

3.7 – Procedimentos de Análises de Dados

Cada questionário foi analisado individualmente; e dentro de cada resposta selecionei palavras-chaves que definissem ou sintetizassem os conhecimentos e opiniões dos professores que a responderam. Sendo assim, em cada questão foi obtido mais de um item como resposta. Com essa análise de respostas anotada em um relatório, foi realizada uma comparação das informações encontradas nos outros questionários dos outros professores e feito um levantamento para observar se as palavras-chaves se repetiam e quantas vezes isso ocorreu. Esse número de repetições foi registrado. A partir dessas informações, foi possível obter uma percepção mais detalhada do que sabem ou pensam os professores sobre a deficiência auditiva.

Para uma melhor visualização das respostas encontradas, são apresentados gráficos.

IV – RESULTADOS

Neste capítulo estão apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo, realizada por meio de questionário aplicado a professores da rede pública de ensino (Apêndice).

3.1 População Estudada

Participaram deste estudo 10 professores do ensino fundamental ciclo I (1º ao 5º ano) com faixa etária média de 38 anos e com tempo médio de 14 anos de trabalho no magistério.

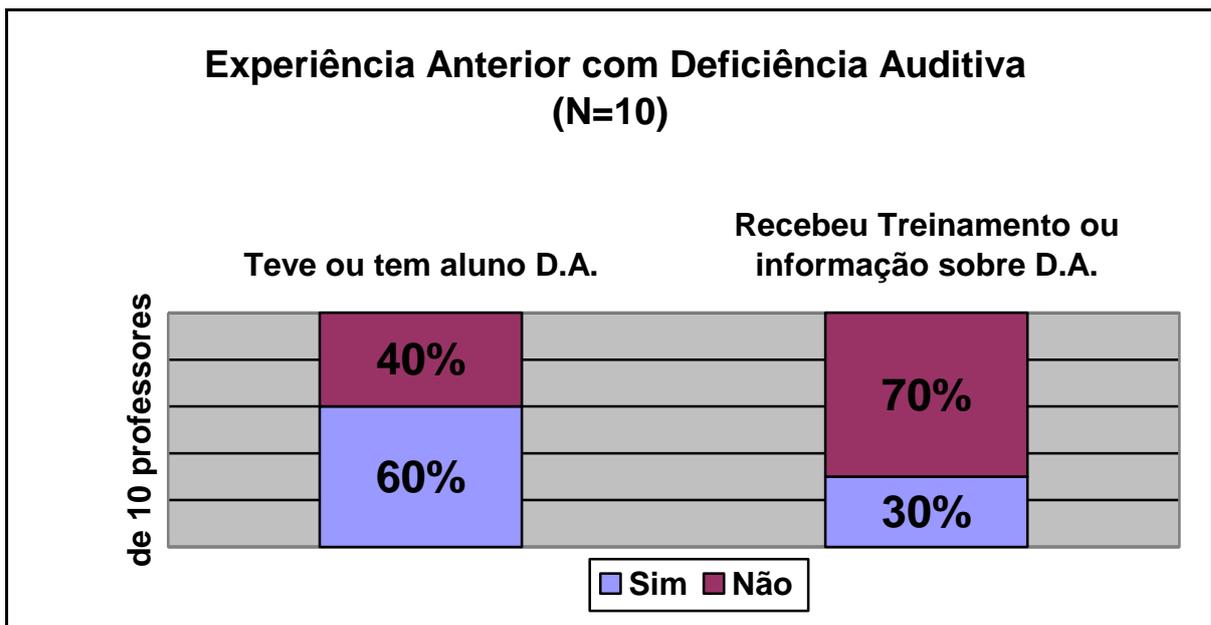


Gráfico 1 – Distribuição de professores de acordo com a experiência anterior com deficiência auditiva: têm ou tiveram aluno portador de deficiência auditiva em sua classe e/ou receberam treinamento sobre o assunto.

Neste item, foi possível perceber que 60% dos professores participantes, têm ou já tiveram aluno com deficiência auditiva em sua sala de aula, porém apenas 30% afirmaram já ter tido um treinamento ou recebido informações sobre esse assunto.

3.2 Respostas ao Questionário

Os gráficos abaixo apontam as respostas dadas pelos professores para o questionário aplicado.

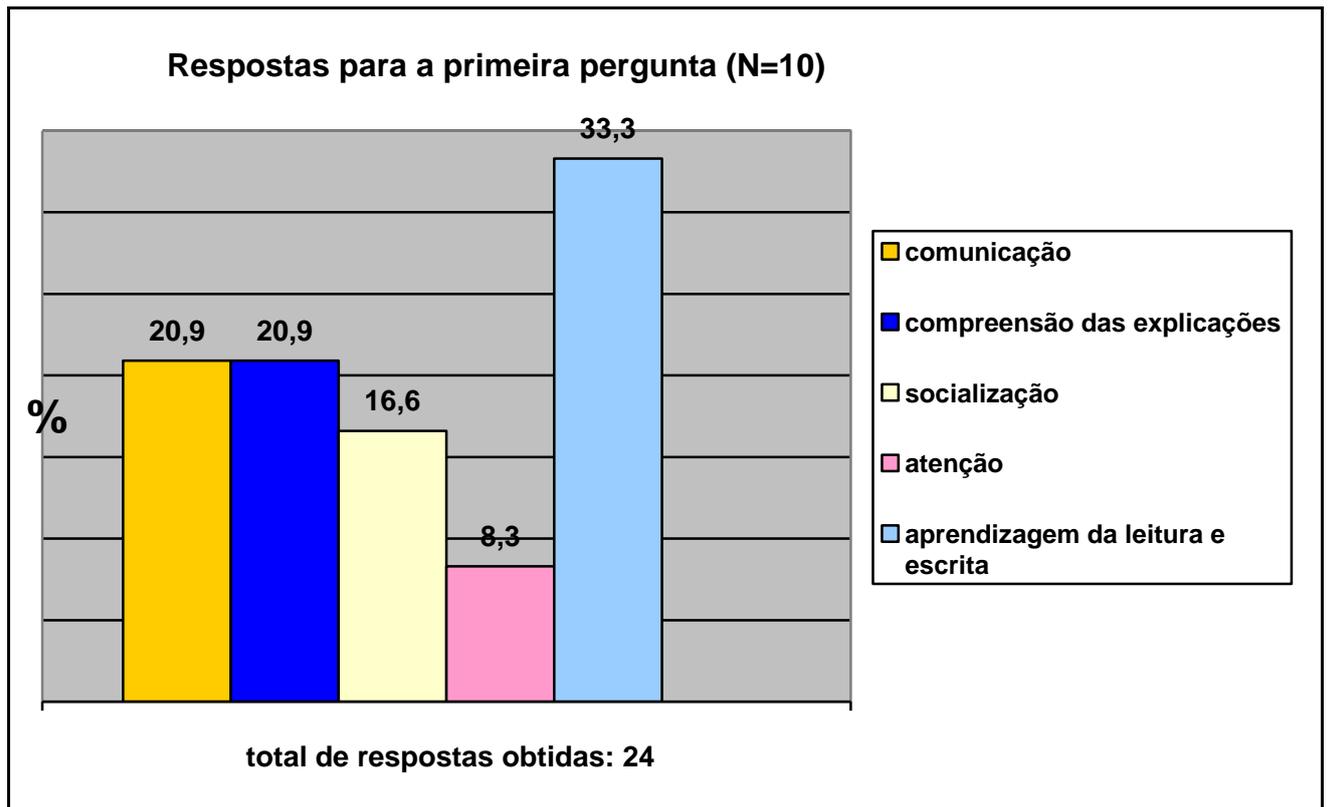


Gráfico 2 - Na questão nº 1, “Quais são as dificuldades apresentadas pela criança com deficiência auditiva em seu desenvolvimento?”

Foi possível avaliar o conhecimento dos professores em relação aos principais déficits dos alunos com deficiência auditiva. As respostas apresentadas indicaram que os entrevistados identificam a aprendizagem da leitura e escrita como a maior dificuldade (33,3%), seguida da dificuldade de comunicação e dificuldade de compreensão das explicações, respectivamente.

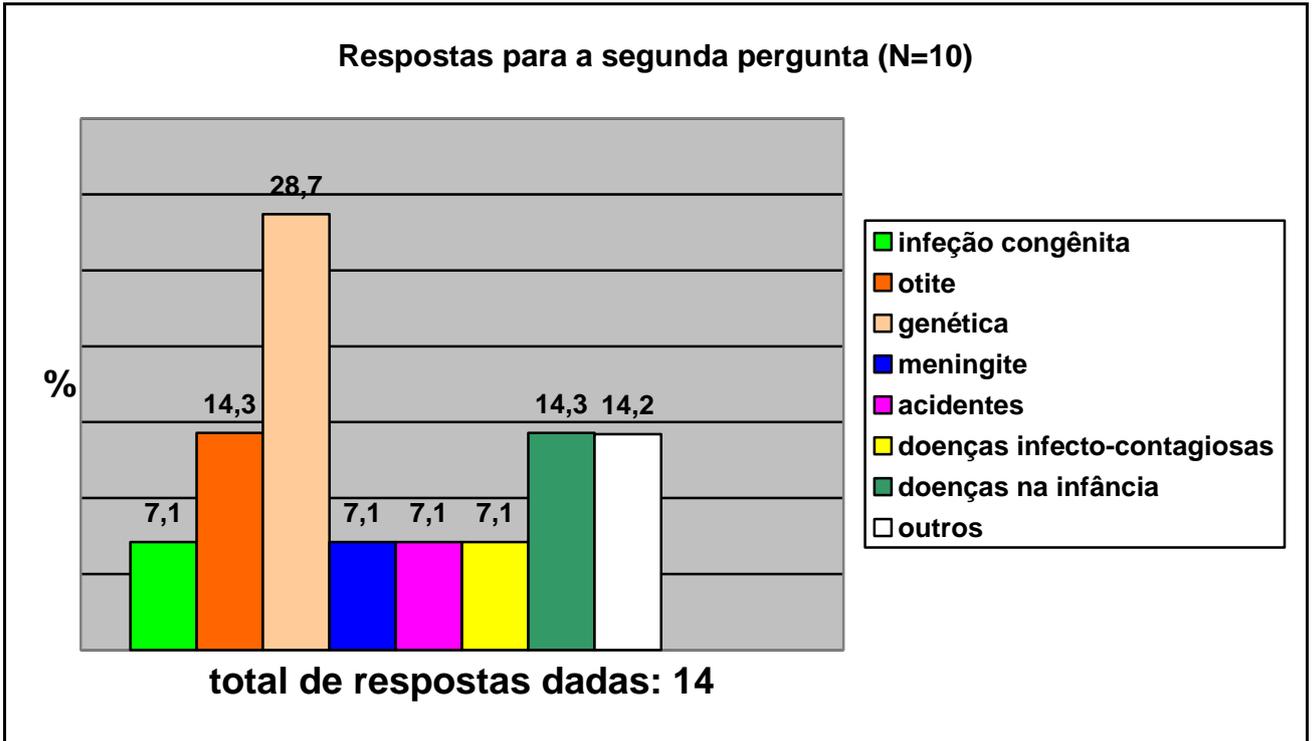


Gráfico 3 - Para a pergunta número 2: “Quais são as causas da Deficiência Auditiva em crianças?”

Os professores apontaram como principal causa a genética (28,7%), em segundo lugar apontaram respectivamente a otite e doenças na infância (14,3% igualmente) mostrando assim que estão informados sobre algumas das causas da deficiência auditiva em crianças, porém, desconhecem ou não consideram outros fatores como determinantes dessa deficiência

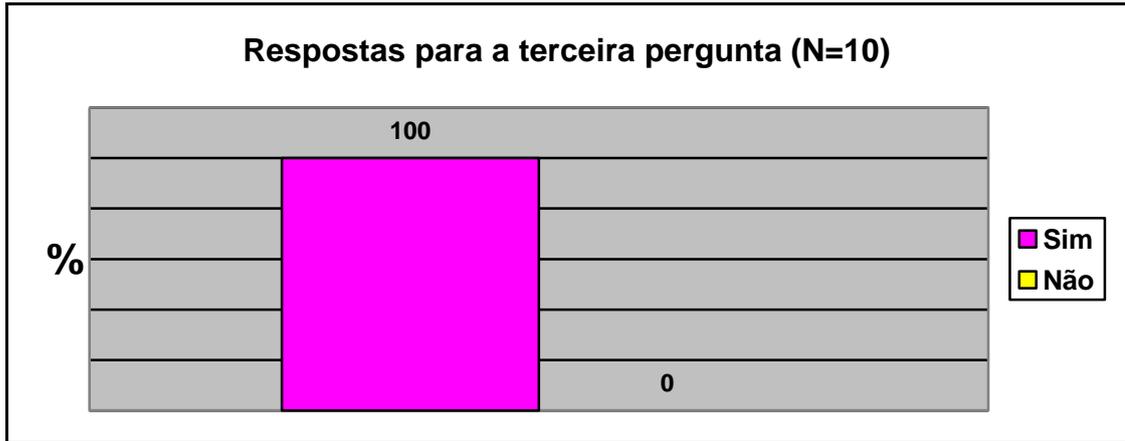


Gráfico 4 - No que se refere à primeira parte da pergunta nº 3: “**Você acha que existem diferentes tipos e graus de deficiência auditiva?**”

Foi possível verificar que 100% dos professores pesquisados afirmaram saber que há diferenças entre os tipos e graus das deficiências auditivas.

No entanto não souberam descrevê-las corretamente (gráfico 5).

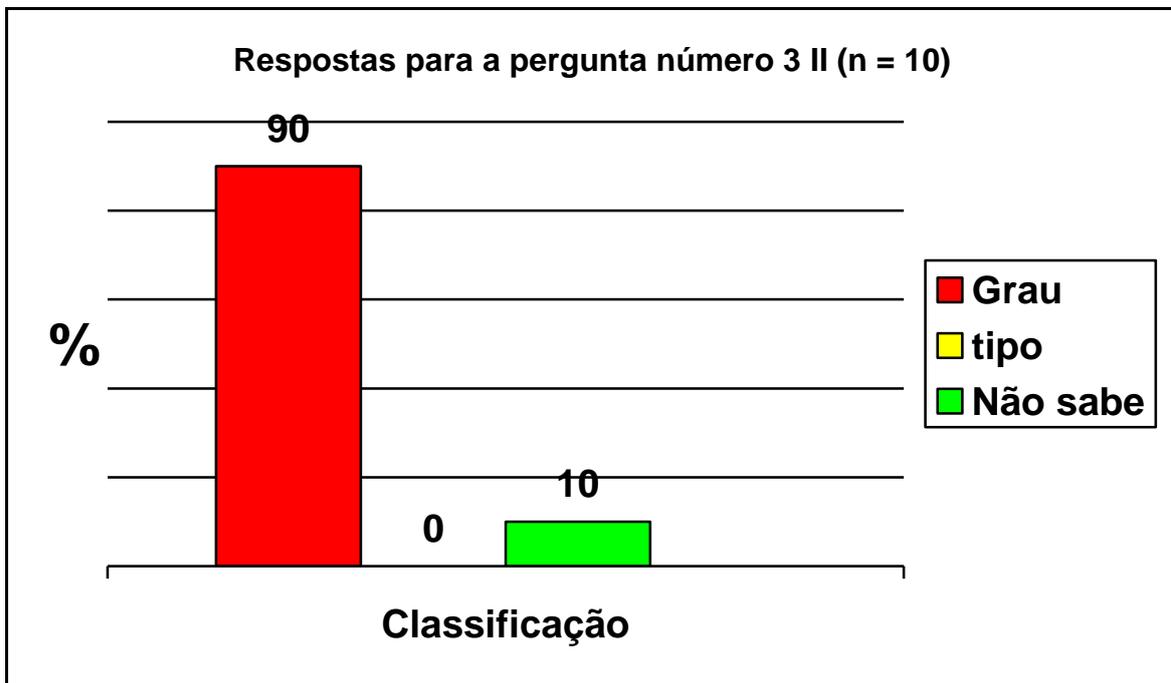


Gráfico 5 – Quanto à segunda parte da pergunta número 3, no que se refere às diferentes classificações da deficiência auditiva .

90% dos professores citaram apenas a classificação por graus; nenhum citou alguma classificação por tipo da perda auditiva.

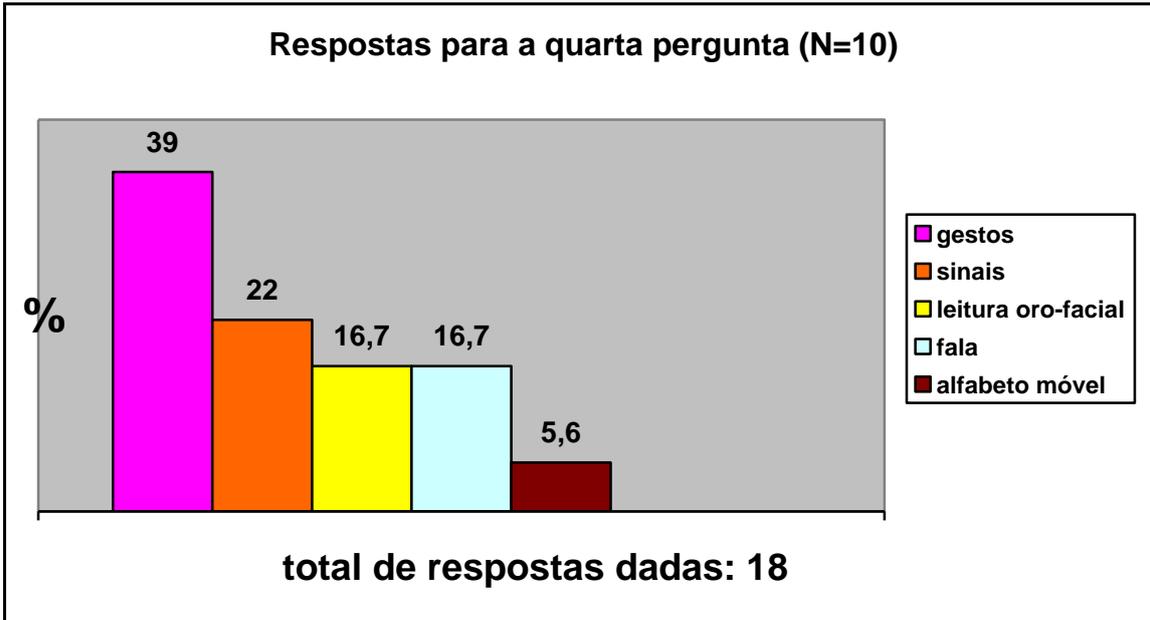


Gráfico 6 - A análise das respostas para a pergunta nº 4: “**Como a criança com deficiência auditiva pode se comunicar?**”

A análise das respostas apresentadas indicou que os professores ainda vêem o uso de gestos (39%) e sinais (22%) como a principal forma de comunicação do deficiente auditivo.

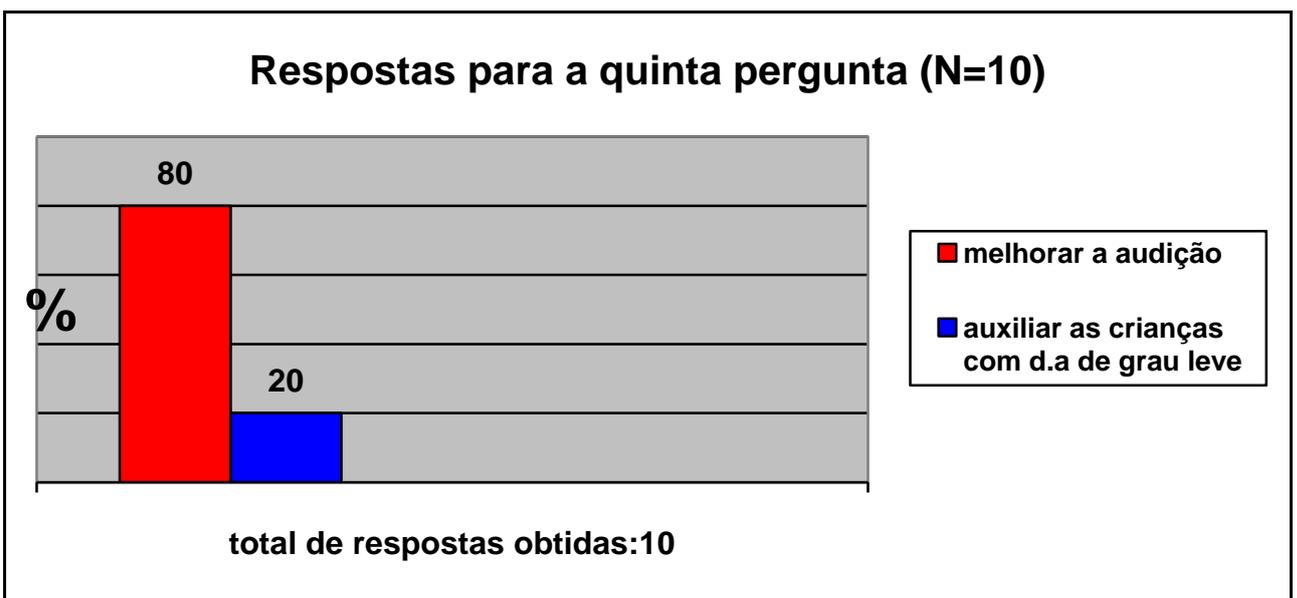


Gráfico 7 - Para a pergunta de nº 5, “**Qual a utilidade dos aparelhos auditivos?**”

A grande maioria dos professores (80%) apontou a melhoria da audição como principal função dos mesmos.

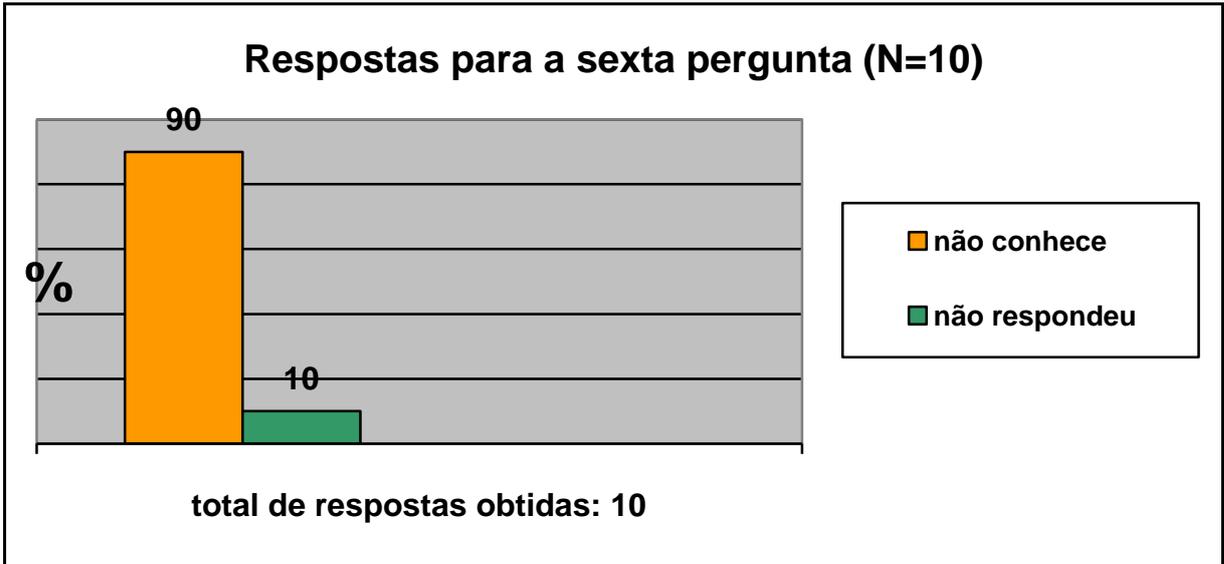


Gráfico 8 - Na questão nº 6: “Além dos aparelhos auditivos, você conhece outros equipamentos para crianças com deficiência auditiva? Quais?”

Nenhum professor respondeu afirmativamente. Foi possível verificar, a partir dessa pergunta, o desconhecimento por parte dos professores pesquisados sobre esse assunto.

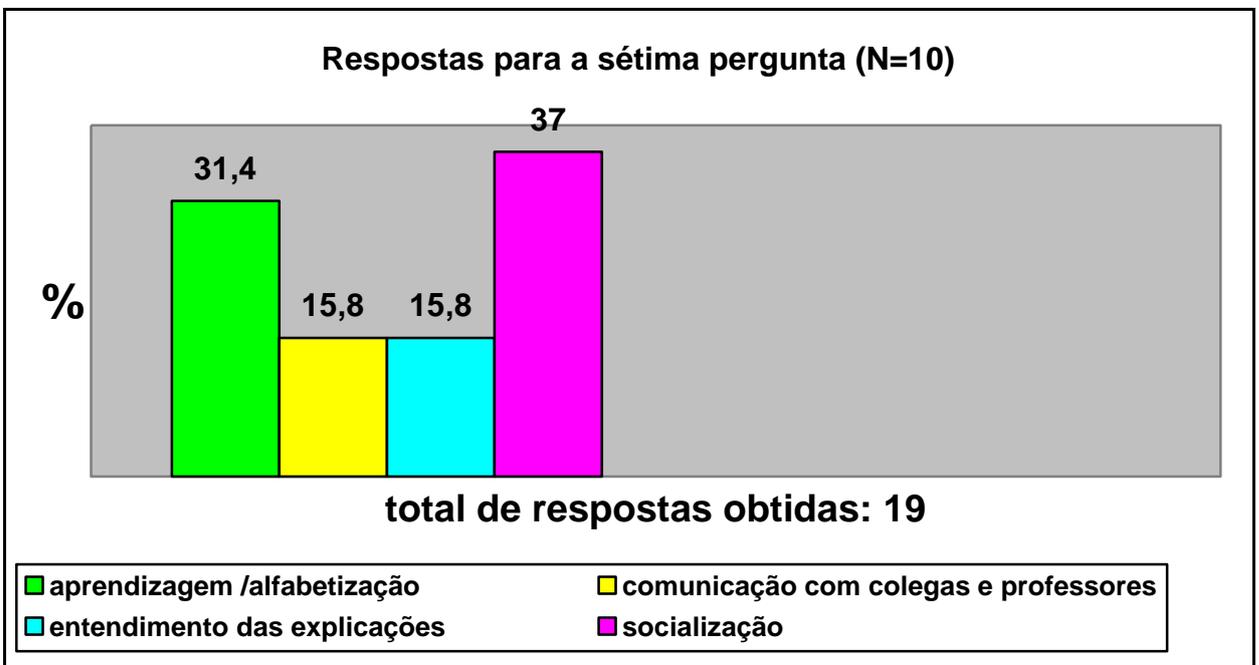


Gráfico 9 – Neste gráfico temos as respostas para pergunta nº 7: “Quais são as dificuldades da criança com deficiência auditiva na escola”?

Os professores apontaram a socialização (37%) como sendo a maior barreira encontrada na escolarização desses alunos

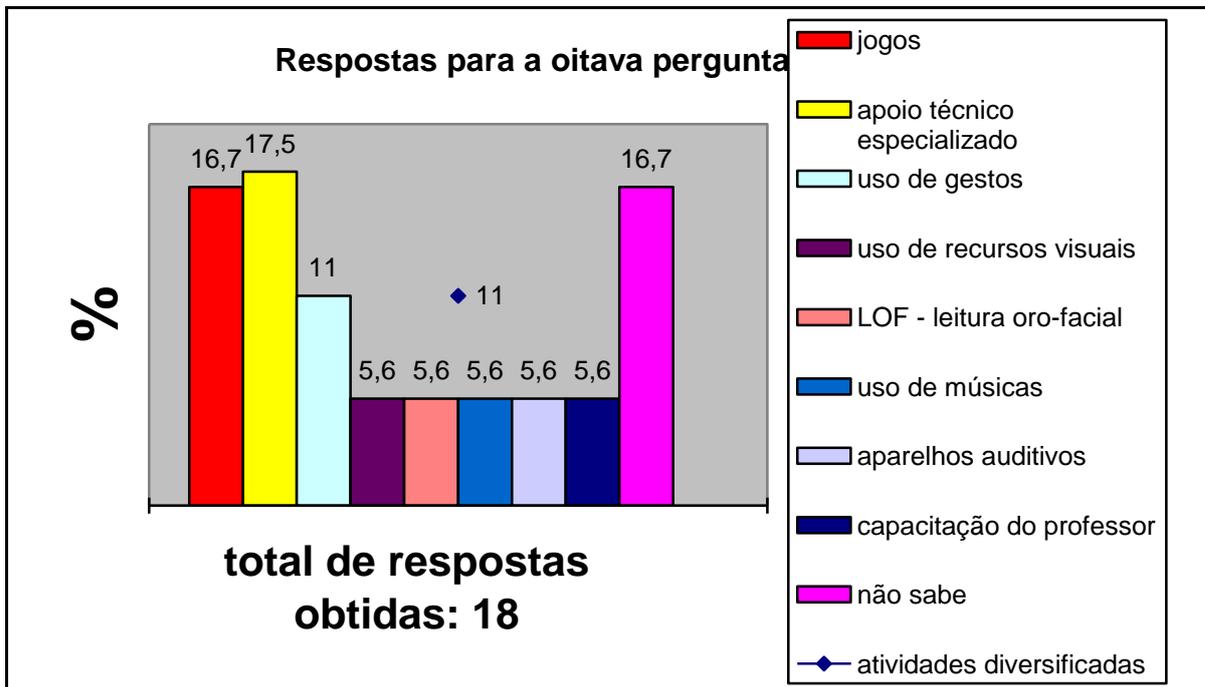


Gráfico 10 - Quanto aos recursos técnicos e pedagógicos que podem ser utilizados para auxiliar a educação de crianças com deficiência auditiva na rede regular de ensino.

Os professores indicaram o apoio técnico especializado (17,5%) como sendo o principal. Concomitante com essa resposta, apontaram o uso de jogos (16,7%) como sendo o segundo item mais citado. Em contrapartida outros 16,7% disseram não saber responder à pergunta.

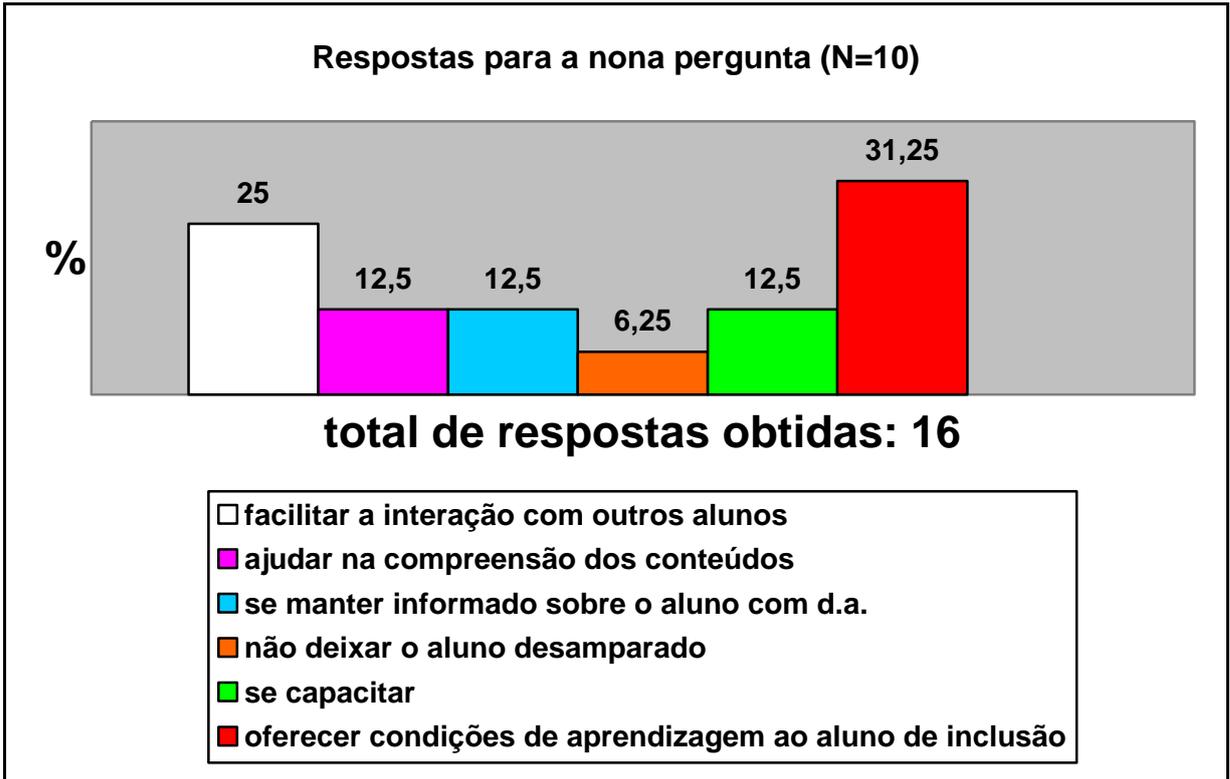


Gráfico 11 - A pergunta de número 9: “Qual é o papel do professor na educação inclusiva de crianças com deficiência auditiva?”

Essa pergunta teve como principal resposta o item “oferecer condições de aprendizagem ao aluno de inclusão” (31,25%).

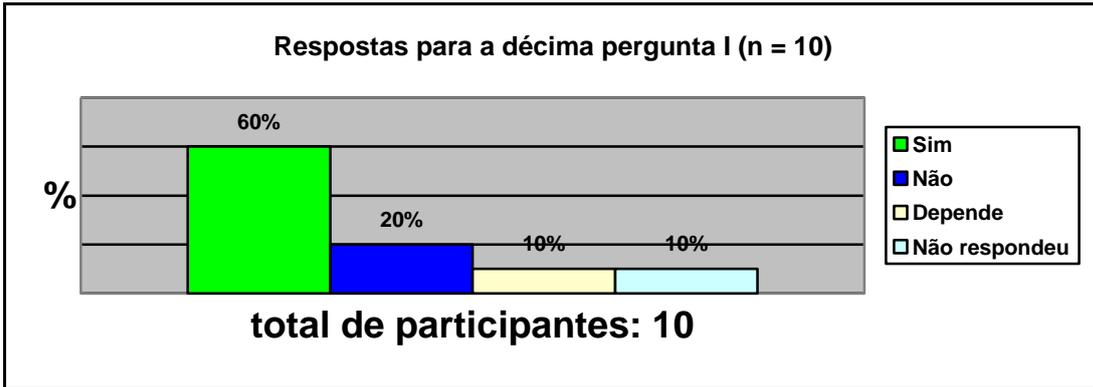


Gráfico 12 - Respostas para a primeira parte da pergunta de número 10: **“Você concorda com a inclusão educacional de crianças com deficiência auditiva?”**

Essa pergunta possibilitou a constatação de que há uma divisão nas opiniões a cerca da inclusão desses alunos, sendo que, 60% se mostrou a favor, 20% disse ser contrário, 10% apontou condições para que isso ocorra e 10% preferiu não opinar.

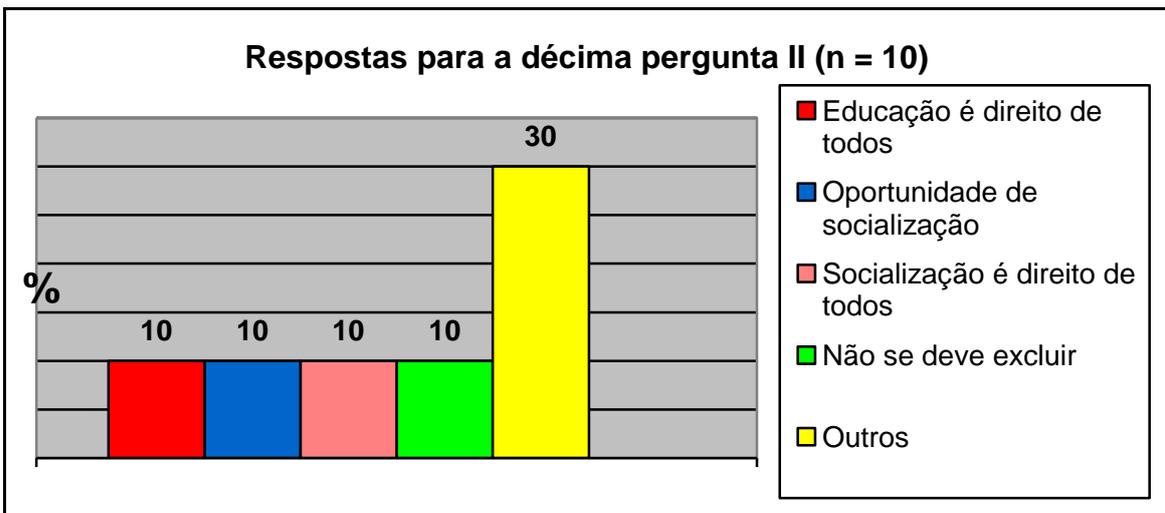


Gráfico 13 - Distribuição das respostas para a segunda parte da pergunta de número 10: **“Você concorda com a inclusão educacional de crianças com deficiência auditiva? Por que?”**

Quanto à segunda parte da pergunta número 10, foi possível perceber que na maioria das respostas (30%) os professores não tiveram como resposta as justificativas para o seu posicionamento: a favor ou contra a inclusão; ao invés disso, apenas citaram condições para que a educação inclusiva seja aceita, como por exemplo: ‘desde que os profissionais se qualifiquem para isso’, “desde que não tenha muitos alunos na sala”, etc

V – Discussão

5.1 População Estudada

Conforme análise dos questionários foi possível verificar que houve uma grande variação da idade dos professores; com professores jovens (24 anos) até aqueles com 64 anos. E com relação à experiência prévia dos entrevistados com a deficiência auditiva, foi observado que 60% respondeu positivamente e 40% respondeu nunca ter tido um aluno portador desse tipo de deficiência em sua sala. Em contrapartida, apenas 30% dos professores afirmaram já ter passado por um treinamento sobre o assunto, contra 70% que negaram ter recebido algum tipo de informação ou preparo para trabalhar com o aluno portador de deficiência auditiva (gráfico 1). Este resultado mostra a realidade atual da educação inclusiva, que tem permitido um maior contato dos professores com alunos deficientes, sem, no entanto, ter sido oferecido treinamento para isso, o que contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu capítulo V, artigo 59.

Esse artigo afirma que os sistemas de ensino deverão garantir aos educandos com necessidades especiais professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. O artigo citado é reforçado pelo documento de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) que assegura a necessidade, na organização das classes comuns, da existência de professores de classes comuns e da educação especial capacitados e especializados respectivamente para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos.

5.2 - Respostas ao Questionário

De acordo com os resultados do gráfico 2, a deficiência auditiva pode causar uma alteração na comunicação, já que leva à ausência, dificuldade ou inabilidade para ouvir os sons ambientais e os da fala humana, contudo a perda da audibilidade não se restringe apenas às dificuldades auditivas, mas

reflete-se também nos aspectos lingüísticos, educacionais, emocionais, sociais e culturais (Silva ,2004),

Conforme apresentado nos resultados do gráfico 3, a deficiência auditiva pode ser causada por história familiar; doenças infecciosas durante a infância, como: toxoplasmose, rubéola, sífilis, citomegalovirose ou herpes; qualquer anomalia de crânio ou face; icterícia; baixo peso ao nascer, inferior a 2 quilos; meningite bacteriana, utilização de medicamentos ototóxicos, entre outros. Portanto, a deficiência auditiva pode ser adquirida antes, durante ou após o nascimento, afirmam Ceschin e Roslyng-Jensen (2002),

A partir das respostas dos gráficos 4 e 5, foi possível observar que os professores não sabem classificar e/ou diferenciar os graus e tipos de perdas auditivas. Sendo assim, não consideram os efeitos que essas variantes podem provocar no desempenho das crianças portadoras de deficiência auditiva no que se refere à sua habilidade de comunicação, compreensão e aprendizagem. Tão pouco conhecem as necessidades específicas que cada tipo de deficiência auditiva implica.

De acordo com Buffa (2005), para que haja sucesso no trabalho pedagógico com o deficiente auditivo, o professor deverá conhecer e entender quais os graus da perda auditiva que seu aluno apresenta e qual é a orelha melhor para a audição do mesmo.

Anderson e Matkin (1991 apud Flexer, 1994) afirmam que cada grau de perda auditiva repercute em diferentes conseqüências e necessidades educacionais para o indivíduo. A criança com perda auditiva de grau leve pode ser considerada desatenta, sentir cansaço devido ao esforço que faz para ouvir; precisa de assento e iluminação adequados em sala de aula e pode necessitar de apoio pedagógico. Já o aluno com deficiência auditiva em grau moderado apresenta uma menor socialização com os colegas devido à dificuldade de comunicação; apresenta maior cansaço pelo esforço para ouvir; necessita de apoio pedagógico e terapia fonoaudiológica para ter um melhor desempenho escolar. A criança portadora de deficiência auditiva de grau severo pode optar pelo isolamento devido à sua grande dificuldade de compreensão da fala. Precisa de atendimento pedagógico e fonoaudiológico

paralelo e contínuo para poder acompanhar a escola regular. O deficiente auditivo de grau profundo pode preferir conviver somente com os semelhantes surdos devido à extrema dificuldade de comunicação com os ouvintes. Poderá freqüentar parcialmente a escola regular, desde que receba apoio pedagógico necessário durante meio período.

As respostas dadas pelos professores, como apresentado no gráfico 6, mostraram que apesar da existência de abordagens orais e a inclusão em classe regular de alunos deficientes auditivos oralizados, ainda há predominância da idéia de que deficientes auditivos são sempre “surdos e mudos”, impedidos de aprenderem a se comunicar oralmente como os indivíduos ouvintes. Essa idéia é reforçada pelos documentos oficiais direcionados ao esclarecimento dos professores sobre o assunto, nos quais, apesar de citarem a existência de diferentes tipos e graus de deficiência auditiva, referem-se a pessoas com deficiência auditiva como indivíduos surdos e enfatizam a linguagem de sinais como principal meio de comunicação a ser usado.

No gráfico 7, foi possível observar que os professores identificam corretamente a utilidade dos aparelhos auditivos. Os aparelhos auditivos têm a função de captar e ampliar sons, proporcionando ganhos acústicos que ajudam os portadores de deficiência auditiva na vida familiar, escolar ou profissional (BRASIL, 1997)

Diante das dúvidas encontradas na questão nº 6 (gráfico 8) é possível afirmar que certas atividades diárias, como atender o interfone ou a campainha da porta, ou levantar na hora certa, são motivos de transtornos para o indivíduo com deficiência auditiva. Por isso, já existem dispositivos eletrônicos que facilitam suas vidas, como: adaptadores que fazem luzes piscarem ou suportes especiais que vibram quando a campainha toca; despertadores ligados a um dispositivo colocado embaixo do colchão, ou do travesseiro, que vibra para acordar o indivíduo. Também são encontrados no mercado telefones equipados com um amplificador ou sistema de circuito que podem ser ligados ao aparelho auditivo; adaptador para visualização de dados, que ligado ao aparelho telefônico possibilita ao usuário ver a informação de um telefonema

numa tela de televisão; legendas na tv (closed caption); berço com alto-falante; aparelhos de transmissão FM na sala de aula; mascaradores de zumbidos, entre outros (BRASIL, 1997).

Com os dados obtidos para a questão sete e conforme aponta o gráfico 9 foi possível constatar que ainda há uma maior observação/preocupação em relação às dificuldades sociais do aluno com deficiência auditiva. No entanto, esses mesmos professores mostraram que essa visão simplista está sendo modificada, pois 31,4% das respostas obtidas apontaram para a dificuldade de aprendizagem/alfabetização que essas crianças enfrentam, demonstrando que está havendo uma maior preocupação por parte dos educadores em garantir o desenvolvimento pedagógico desses alunos. Carmo (2001) afirma que o processo de aprendizagem do aluno com deficiência auditiva é caracterizado por alguns aspectos específicos que terão como conseqüências: defasagens no desenvolvimento das noções têmporo-espaciais; dificuldades para fazer uso do pensamento abstrato, havendo necessidade de que os conceitos sejam trabalhados com apoio de experiências concretas e significativas; dificuldades no estabelecimento de relações e generalizações; atraso e dificuldade no processo de aquisição de leitura e escrita; entre outros.

O gráfico 10 permitiu concluirmos que esse é um assunto sujeito a equívocos e dúvidas. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) enfatize a necessidade de investimento na capacitação dos professores, o que se tem encontrado, na prática, são profissionais com pouco conhecimento de recursos e técnicas aplicáveis na educação de alunos deficientes auditivos. A partir disso, é possível questionar o tipo de assessoria que estão recebendo e o que deveriam receber.

As respostas encontradas no gráfico 11, vem para reforçar a certeza de que os professores estão, pouco a pouco, se dando conta da importância e da responsabilidade que têm perante o desenvolvimento pedagógico de seus alunos com deficiência. Esse resultado vem de encontro com o que dizem Cristofolini e Magni (2002), quando afirmam que, para que haja um bom resultado no trabalho com a criança com algum tipo de deficiência na escola, é preciso que o professor reavalie o seu papel e responsabilize-se pelo

aprendizado de seu aluno, além de oferecer as condições necessárias para que o educando consiga desenvolver seu potencial máximo. O documento que contém as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) afirma que é função do professor e da escola realizar, durante o processo educativo, avaliações pedagógicas dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, visando identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando a garantia do direito de acesso ao currículo escolar. Neste contexto, a educação especial é concebida para garantir que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral.

O tipo de respostas encontradas nos gráficos 12 e 13 mostram que ainda há equívocos quando o professor é convidado a se posicionar sobre a inclusão de crianças com deficiência auditiva em sala regular de ensino; talvez por desconhecimento ou insegurança, mostra-se um tanto relutante em justificar e embasar sua opinião.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa foi possível concluir que, de maneira geral, os professores participantes apresentaram um nível de conhecimento superficial sobre a Deficiência Auditiva. Embora estejam recebendo alunos com deficiência auditiva em suas classes há algum tempo, ainda não têm embasamento teórico suficiente que lhes permita garantir a qualidade de ensino aos educandos com dificuldades auditivas.

Quanto aos aspectos em que encontram mais dificuldades, foi possível concluir que apresentam dúvidas em todos os aspectos da deficiência auditiva; tanto no que diz respeito aos tipos, graus e causas quanto no que se refere ao desenvolvimento global e pedagógico dos alunos deficientes auditivos. Informações como estas, são imprescindíveis ao professor para que possa garantir o mínimo de qualidade de educação aos alunos com deficiência auditiva, pois o desconhecimento das mesmas, faz com que as dificuldades desses alunos fiquem de certo modo generalizadas, o que não pode acontecer, já que cada grau e tipo —de deficiência auditiva, implica em diferentes necessidades e especificidades no processo de aprendizagem do indivíduo.

Em relação à sua prática, os professores demonstraram desconhecer os recursos tecnológicos e pedagógicos que poderiam auxiliá-los em seu trabalho com esses alunos. Demonstraram ainda, certa insegurança no que se refere ao seu próprio papel no contexto de inclusão educacional dos alunos com deficiência auditiva.

Como uma de suas funções, poderia-se ter citado a busca pelo conhecimento das características individuais de seu aluno deficiente auditivo, para, a partir dessa informação, propor atividades coerentes com a capacidade da criança.

Para reverter esse quadro de equívocos e dúvidas, faz-se necessária uma maior disponibilização de cursos de formação continuada abordando o assunto e a elaboração de ações e políticas públicas que incentivem os professores a se capacitar e buscar informações para garantir o sucesso acadêmico dos alunos com deficiência auditiva.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A.; ARAUJO, L.; REZENDE, M. Perda auditiva neurosensorial familiar hereditária. 20º Encontro Internacional de Audiologia, 2005, São Paulo. **Anais**. Resumo PS154.

BALIEIRO, C.R. et al; **O que você sabe sobre a deficiência auditiva?** Guia de orientação aos pais. São Paulo: SE/CENP,1989.

BEVILACQUA, M.C.; FORMIGONI, G.M.P. **Audiologia Educacional: uma proposta terapêutica para a criança deficiente auditiva**. Carapicuíba: Pró-Fono, 2000.

BRAGATO, G.R.; SANTOS, M.F.C. Triagem auditiva em escolares de 5 a 8 anos. 20º Encontro Internacional de Audiologia, 2005. São Paulo. **Anais**. Resumo TL 046.

BRASIL. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 23/12/1996.

BUFFA, M.J.M.B. O que os pais de crianças deficientes auditivas devem saber sobre a escola. In: BEVILACQUA, M. C.; MORET, A. L. M. **Deficiência auditiva: conversando com pais e profissionais da saúde**. São José dos Campos: Pulso, 2005. p. 295-306.

CARMO, S.M. O período escolar. In: FONSECA, V.R J.R.M. (Org). **Surdez e deficiência auditiva: a trajetória da infância à idade adulta**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 145-157.

CAVALCANTE, R.S.C. A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula do ensino regular: o papel do professor. **Temas sobre desenvolvimento**. v. 9, n.52, p.31, setembro-outubro 2000.

CESCHIN, T.H.C. ; ROSLYN-JENSEN, A.M. A. **Estimulação auditiva: uma lição de vida: guia de orientação familiar**. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2002.

COMITÊ BRASILEIRO SOBRE PERDAS AUDITIVAS NA INFÂNCIA 2000. CBPAI. Resolução 01/99. Disponível online em <<http://www.fonoaudiologia.org.br/jornal/05/J5 - 13.htm>> Acessado em 01/11/2006.

CORRÊA, M.R.F.; LEME, R.M.S. **Análise da formação teórica do professor para atuação na educação inclusiva**, Itapetininga. 2003. 46f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia)- Associação de Ensino de Itapetininga, Itapetininga/ São Paulo.

CRISTOFOLINI, C.; MAGNI, C. Audição: relatos e experiências de professores do ensino fundamental. **Fonoaudiologia Brasil**. v. 2, n. 2, p. 31, dezembro de 2002.

FLEXER, C. **Facilitating Hearing and Listening In Yong Children**. San Diego, C A: Singular, 1994.

IERVOLINO, S.M.S.; CASTIGLIOLI, M. e ALMEIDA, K. A orientação e o aconselhamento no processo de reabilitação. In: ALMEIDA, K. & ÍÓRIO, M. C.M. **Próteses auditivas**: fundamentos teóricos e aplicações clínicas. 2ª ed. São Paulo: Lovise, 2003.

JUSTO, M.S.C.; PONTES, A.C.L.R.; VITTO, L.P.M. Fundamentos de aquisição e desenvolvimento da linguagem. In: BEVILACQUA, M. C.; MORET, A. L. M. **Deficiência auditiva**: conversando com familiares e profissionais de saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005. p. 139-160.

LIMA, C.S.; SILVA, I.F.M.; VERONEZI, J.M. Características audiológicas em uma classe especial para deficientes auditivos. **ANAIS**. 15º Encontro Internacional de Audiologia. Bauru, 2000.

MORET, A.L.M. Princípios básicos da habilitação da criança deficiente auditiva com implante coclear. In: BEVILACQUA, M. C. ; MORET, A. L. M. **Deficiência auditiva**: conversando com familiares e profissionais da saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005. p. 225-234.

RUSSO, I.C.P.; SANTOS, T.M.M. **Audiologia infantil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

VICTORIO, S.C.D.; MARTINHO, A.C.F.; SANTOS, R.P. Avaliação da audição na criança. In: BEVILACQUA, M.C.; MORET, A.L.M. **Deficiência auditiva**: conversando com familiares e profissionais da saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005. p. 63 - 82.

APÊNDICES**MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES****I – Identificação:**

Nome: _____ Idade: _____

Tempo de magistério: _____ Série que leciona: _____

Tem ou já teve aluno portador de deficiência auditiva? () Sim () Não

Já recebeu informação/treinamento sobre deficiência auditiva? () Sim () Não

II – Questionário:

1. Quais são as dificuldades apresentadas pela criança com deficiência auditiva em seu desenvolvimento?

2. Quais são as causas da deficiência auditiva em crianças?

3. Você acha que existem diferentes tipos e graus de deficiência auditiva? Quais?

4. Como a criança com deficiência auditiva pode se comunicar?

5. Qual é a utilidade dos aparelhos auditivos?

6. Além dos aparelhos auditivos, você conhece outros equipamentos para crianças com deficiência auditiva? Quais?

7. Quais são as dificuldades da criança com deficiência auditiva na escola?

8. Quais recursos técnicos e pedagógicos podem ser utilizados para auxiliar a educação de crianças com deficiência auditiva na rede regular de ensino?

9. Qual é o papel do professor na educação inclusiva de crianças com deficiência auditiva?

10 – Você concorda com a inclusão educacional de crianças com deficiência auditiva? Por que?

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Professor (a): Sr _____

Escola Profª “Loide Lara”

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Professor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede Municipal e Estadual (pólo UAB-UnB de Itapetinga). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/Cursista **Cristiane Aparecida Machado** sob orientação da **Profª. Esp. Valícia Ferreira Gomes** cujo tema é: **Nível de conhecimento de professores do ensino fundamental (1º ao 5º ano) sobre Deficiência Auditiva.**

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) 31076831 ou por meio dos e-mails: valiciatutoria@gmail.com.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “**Nível de Conhecimento de Professores do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) sobre Deficiência Auditiva**”. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Consta da pesquisa um questionário com dez perguntas. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (15) 32731716 ou no endereço eletrônico www.cris_aadai@msn.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva pólo UAB – UnB – Itapetininga/SP

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____